

APRESENTAÇÃO

Da teoria dos atos de fala à nova pragmática: os legados de John L. Austin e Kanavillil Rajagopalan

From speech acts theory to new pragmatics: John L. Austin and Kanavillil Rajagopalan's legacies

Daniel do Nascimento e SILVA
(Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Viviane VERAS
(Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)

Os trabalhos reunidos neste volume temático de *DELTA* resultam do evento “Meio século de teoria dos atos de fala: Austin e seus leitores”, promovido pelo Departamento de Linguística Aplicada da Unicamp e realizado em seu Instituto de Estudos da Linguagem nos dias 21 e 22 de novembro de 2012. Naquele ano, completava-se meio século da publicação póstuma de *How to do things with words*, conjunto de doze palestras proferidas em Harvard, em 1955, pelo filósofo John L. Austin. Coincidia com aquela data a aposentadoria na Unicamp de Kanavillil Rajagopalan, um intelectual que dedicou toda uma carreira à interpretação crítica do trabalho de Austin e que é certamente um de seus principais leitores no mundo. De forma a imitar o estilo brincalhão e descontraído de Austin e Rajan, o evento guardava em seu título um truque que se revelaria como tal apenas a posteriori. Iniciados os trabalhos, o colóquio desvelaria o segredo de que ali se revisitava não só o trabalho de Austin, mas também o de Rajan, pacientemente oferecendo, no encontro mesmo, o prazer da surpresa e do reconhecimento a seu trabalho e dedicação.

Desde a sua tese de doutorado, orientada por Leila Bárbara e defendida na PUC-SP em 1982, Rajan tem se dedicado a uma leitura radicalmente pragmática do legado austiniano¹. Como o próprio Rajan viria apontar ao longo de sua carreira, a descoberta e o tratamento que Austin conferiu ao enunciado performativo – aquele tipo de enunciado que é analisável não no interior de uma lógica comprometida com o realismo de uma verdade como espelho da natureza, mas sim dentro de uma lógica consistente com a felicidade e a ética da ação humana – incomodaram o cânone filosófico e linguístico². Esforços para refrear o gênio indômito e faceto de Austin e adequar o seu pensamento aos princípios metafísicos de análise da linguagem como expressão de um mundo que a ela é anterior e dela independente não são escassos. Motes como “How to save Austin from himself” (Katz, 1977: 177) ou “It is impossible to give a systematic account of Austin’s philosophy, for he had none” (Urmson, 1969: 26) são, a despeito de seu humor confesso, reveladores do incômodo causado pelo tratamento antilogicista e pragmático que Austin ofereceu a esses enunciados da vida cotidiana com os quais fazemos várias coisas – não apenas linguística e filosofia.

Assim como Derrida, Rajan, tendo uma vez lido Austin, nunca mais abandonaria o problema do performativo. O performativo, como diz Derrida (1987: 3), “não diz nada que exista fora do evento que ele constitui” e, além disso, “compromete o signatário” com sua promessa. Endividado, Rajan leva às últimas consequências a descoberta austiniana – não apenas no interior do campo da pragmática linguística, que ele ajudaria a constituir no Brasil, mas também em diálogo com áreas e disciplinas diversas como a linguística aplicada, a filosofia, a sociologia do conhecimento, a antropologia, a educação, a ciência política, a crítica literária, dentre outras.

1. Intitulada *Negation and Denial: A Study in the Theory of Speech Acts*, a tese de doutorado de Rajan foi avaliada pelos professores Marcelo Dascal, Carlos Franchi, Mary Kato e Eleonora Albano.

2. Austin (1962, pp. 14-15) atribui, na Conferência II, a locução “condições de felicidade” aos seis critérios por meio dos quais um performativo pode ou não funcionar. As conferências seguintes se dedicam detalhadamente a averiguar situações em que performativos podem falhar ao realizar o ato que nomeiam, i.e., ocasiões em que os performativos são infelizes. Apesar de ‘felicidade’ aqui funcionar como termo técnico, resta nos perguntarmos pela interseção entre ‘felicidade’ em seu sentido ordinário e no sentido que Austin atribui ao termo.

Ao isolar o problema do performativo, Austin abandonou teses muito caras à filosofia de sua época – tais como a vericondicionalidade como critério de análise de enunciados (cf. Russell, 1918; Wittgenstein, 1922; Tarski, 1944), “o ideal de uma linguagem perfeitamente perspicua” (Haack 1978: 93) e plenamente matematizável, portanto livre das mazelas da linguagem ordinária (cf. Frege, 1928; Russell, 1918; Ayer, 1956) e sobretudo a crença numa base universal e estável para a linguagem (cf. os universais de inspiração platônico-cartesiana de Chomsky e a adesão aos mesmos universais por Searle 1969, 1977). Em 1990, Rajan apontou que, contra essa tradição, Austin adotou uma abordagem “convencionalista, empiricista e nominalista” (Rajagopalan, 1990:239). É a dimensão ritualística, situada e sempre contingente da ação humana que determina o funcionamento dos atos de fala – ou, nos termos da obra, a sua *felicidade* ou *infelicidade*, não mais a sua *verdade* ou *falsidade*. Isso implica que o *How to do things with words*, “numa movimentação interna insólita, em forma de espiral” (Rajagopalan, 1990: 232), “mais fecunda no reconhecimento dos seus impasses do que em suas posições” (Derrida, 1977: 187), esboça uma ética para o fazer humano na linguagem – uma ética segundo a qual o ato é superior e anterior às intenções ou estados internos daquele que age. Tal visada ética se verifica, por exemplo, quando Austin denuncia que uma promessa não é “um mero sinal externo e visível (...) de um ato interior e espiritual” (Austin, 1962: 9). Uma promessa que não se cumpre ou que alguém fez sem a intenção de manter não deixa de ser uma promessa, isto é, o fazer determina o ato, mesmo aquele ato que falhou.

Como Rajan incansavelmente apontou ao longo de seus trabalhos, a recepção na linguística de *How to do things with words* e de alguns de seus conceitos – sobretudo a oposição constativo/performativo –, tem se dado em especial a partir daquilo que Rajan denominou “leitura oficial” (Rajagopalan, 1994, 2000, 2010) ou que Marina Sbisà (2007) chamou de “leitura recebida”. O principal representante dessa leitura é o filósofo John Searle, ele mesmo um ex-aluno de Austin e tido como continuador do trabalho do filósofo de Oxford (Levinson, 1983). Ao posicionarem Searle como mero herdeiro intelectual de Austin, diversos manuais de linguística acabam por apagar o caráter emancipatório das releituras de Austin.

Como alternativa a esse modo de ler, Rajan sempre apontou que, na Linguística e em outros domínios em que *How to do things with words*

se tornou uma obra influenciadora, é fundamental que se confronte a recepção da obra com o movimento – muitas vezes agonístico – de sua interpretação. Assim, a querela entre Derrida e Searle, travada na revista *Glyph* (1977), é bastante significativa no que diz respeito ao cabo de guerra puxado pelas diferentes tradições na interpretação do pensamento de Austin. De um lado, Derrida ataca *How to do things with words* em seu “ponto cego”, precisamente o momento em que Austin afirma que um performativo será “vazio ou nulo se pronunciado por um ator no palco, ou se introduzido num poema” (Austin, 1962: 21). Derrida postula que esse uso da língua, chamado por Austin de “parasítico” em oposição ao uso ordinário, não nomeia um abismo em torno da linguagem ordinária, mas, “em vez disso, um risco interno e uma condição de possibilidade” (p. 205), exatamente porque ambos os usos seguem um princípio maior de funcionamento da linguagem, a iterabilidade. Qualquer enunciado performativo repete convenções prévias. Ele funciona na iteração dessas convenções diante da instância do Outro, deslocando o enunciado da “intenção” e do contexto prévios e assim provocando, necessariamente, rupturas. A réplica de Searle ataca em especial o modo como Derrida “enfraquece” o papel da intenção ao propor um princípio geral como a iterabilidade animando a significação performativa. Searle evoca, para isso, os princípios da tradição lógica de que Austin queria se afastar.

Diferentemente da leitura oficial, a interpretação oferecida por Rajan – e que este número especial celebra e revisita – explora o potencial crítico e problematizador das ideias e do próprio estilo de Austin. Nas sucessivas intervenções de Rajan, o filósofo inglês comparece muito mais próximo de Nietzsche e do segundo Wittgenstein do que da tradição lógica atomista de sua época. Além do legado de Rajan, outras leituras implicaram a problemática do performativo em elaborações sobre a vida psíquica do sujeito e sobre as identidades de gênero, sexualidade e raça. Autoras pioneiras e recriadoras dessa leitura são Shoshana Felman (1980) e sua orientanda de doutorado, Judith Butler (1990, 1993 e 1997).

Rajan estabeleceu um franco esforço desconstrutor em sua leitura contra-hegemônica de *How to do things with words* e do conjunto da obra de Austin. O que se descortina nessa leitura é um Austin em cujo estilo “faceto e descontraído” (Rajagopalan, 1992: 291) se empreende

uma filosofia radicalmente comprometida com o ‘*pragma*’, a palavra grega associada a ação e que William James toma como base do pragmatismo, mas também confrontada com o que Jacques Lacan (1976) nomeou uma *diz-mensão* da linguagem. Nos termos de Rajan, essa *pragma*-tica austiniana aponta para a primazia da ação na forma em que performativamente habitamos o mundo. Felman também dedica uma especial atenção ao estilo da escrita de *How to do things with words*. Segundo a autora, Austin efetua, ao longo da obra, diversas promessas que não serão cumpridas, tal qual um Don Juan que não só quebra suas promessas (de partida impossíveis de serem cumpridas) como também ensina suas amadas a romperem suas promessas anteriores. A armadilha da sedução consiste exatamente na seguinte ilusão referencial: os amantes (ou os falantes) “têm a ilusão de um ato real ou extralinguístico de compromisso criado por um enunciado que [no entanto] se refere apenas a si mesmo” (Felman, 1980[2002]: 17). Austin, ao criar a ilusão referencial da oposição entre constativos e performativos, uma promessa que não se manterá, está exercitando, em sua própria filosofia, aquela que Nietzsche aponta como a verdadeira questão do humano, a saber, “a capacidade de fazer promessas”. Apoiada em *How to do things with words*, Judith Butler oferece uma nova formulação sobre o gênero (Butler, 1990) e sobre a subjetividade de um modo geral (Butler, 1997). Segundo a autora, os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas performativos – são produzidos em “condições apropriadas”, ou seja, segundo matrizes de poder que delimitam sua inteligibilidade. Se vista como um processo que afeta todas as questões definidoras do sujeito – como seu corpo, seu gênero, sua raça, sua sexualidade – a performatividade assume, então, o status de condição de formação iterável de um sujeito. “O performativo é não apenas uma prática ritual: é um dos mais influentes rituais em que os sujeitos são formados e reformulados” (Butler, 1997: 160).

As obras de Austin e Rajan constituem-se como uma grande contribuição para o campo dos estudos críticos sobre a linguagem que pretendam refletir sobre a circunscrição e invenção moderna do objeto chamado “língua” (Agha, 2007; Blommaert, 2013). Ao levarem às últimas consequências a ideia de um fazer na linguagem, Austin e Rajan nos permitem compreendê-la como uma forma de ação humana ritualística e situada, porém sempre contingente. Desse modo, o agir na linguagem aproxima-se daquilo que a filósofa Hannah Arendt (2005)

chamou de ação política, ou seja, a capacidade que os seres humanos têm de se constituírem e, ao mesmo tempo, construírem o mundo **na** e **pela** linguagem. A performatividade permite-nos compreender que “viver num mundo real” e “falar dele com os outros” são no fundo uma e a mesma coisa (Arendt, 2005: 185).

De modo a celebrar os legados de Austin e Rajan, os quinze trabalhos deste número especial exploram problemas de significação numa perspectiva pragmática da linguagem nitidamente influenciadas pelos dois autores. Alguns revisitam formulações centrais no pensamento de Austin (Mey, Rajagopalan, Martins, Pinto, Alencar & Ferreira, Esteves, Veras), outros examinam o impacto da intervenção de Rajagopalan em problemas práticos e teóricos do uso da língua (Mey, Schmitz, Alencar & Ferreira, Veras) e outros abordam problemas de linguagem e significação alinhando-se às leituras e leitores de Austin e Rajagopalan (Silva & Souza Jr., Maher, Oliveira, Melo, Muniz, Vieira, Piccardi).

Passemos a um breve resumo das contribuições.

Em “Austin’s Mantle, or Who’s (not) Afraid of John L. Austin?”, Jacob Mey engaja-se com o potencial crítico do pensamento de Rajan. Ao visitar as contribuições de Rajan a problemas como a tradução, a invenção do conceito de língua, os empréstimos linguísticos e a própria leitura de Austin, Mey aponta que o trabalho do pragmático da Unicamp se revela fecundo não apenas para pensar a linguagem como ferramenta útil para a libertação de situações de opressão social, mas também como forma de emancipação do próprio pensamento linguístico, algo que ele fez “tanto ao negar a validade exclusiva do paradigma gerativo de Chomsky quanto ao alertar-nos contra interpretações essencialistas do insight valioso de Austin: a língua está para os humanos fazerem coisas com ela.”

No artigo seguinte, “Why Austin still matters”, é Rajan quem assume a palavra e revisita a proposta radicalmente pragmática de Austin para o tratamento da questão da verdade. Tida por Platão como a essência ou qualidade da linguagem, a vericondicionalidade dos enunciados é ainda o cerne de disputas acadêmicas e políticas diversas – e a divisão entre semântica e pragmática a partir da separação entre um núcleo vericondicional da linguagem e seu exterior não-proposicional é apenas uma dentre as tantas purificações modernas em nome da definição

platônica. Nos termos de Rajan, a questão da verdade de um enunciado torna-se, para Austin, um caso particular, um dos tons da felicidade, e está inelutavelmente sujeita a várias “pressuposições sobre o mundo, sobre que aspecto do mundo queremos focar e sob quais condições o abordamos, com que intenção etc.” Esse artigo é mais uma ocasião em que Rajan delinea o ímpeto desconstrutor de Austin. Contra o edifício metafísico que se erigiu sobre a independência do “mundo lá fora”, Rajan nos lembra de que, para Austin, qualquer tentativa de ancorar a interpretação em algo que seja radicalmente independente da ação humana é fadado ao fracasso. E isso porque, na fenomenologia de Austin, “a realidade física que se diz ser independente da mente que sente só nos é acessível por meio de uma interpretação e esta invariavelmente consiste num ato de intervenção.”

John Robert Schmitz, no artigo intitulado “On the Native/Nonnative Speaker Notion and World Englishes: Debating with K. Rajagopalan”, propõe um diálogo com Rajan sobre a noção de ‘falante nativo’. O fato de ambos os autores terem larga produção sobre o tema, e ainda o fato de Rajan ter reiterado em diversos textos que a ideia de falante nativo é um mito racialmente discriminatório, levam Schmitz a construir um panorama sobre o aquecido debate em torno da natividade, em especial no contexto da língua inglesa. Schmitz aponta que, embora Rajan seja bastante crítico quanto ao manto de falante nativo eventualmente colocado sobre alguns falantes do inglês, o próprio autor emprega a expressão em textos dedicados a outros temas, ainda que ali o escopo da natividade sejam línguas minoritárias. Mesmo reconhecendo que o título de falante nativo seja “uma marca de privilégio conferida a variedades do círculo interno [do inglês] em detrimento dos outros círculos de falantes”, Schmitz aponta que a noção, se não tomada em seu valor de face, pode contribuir para o empoderamento de falantes. Schmitz cita sua experiência de multilinguismo tardio e outros fatos da literatura sobre o tema para complexificar o debate e instigar Rajan a se posicionar hoje diante da questão.

Escutar os ecos de “vozes do Sul” no pensamento crítico de Rajan é o que propõem Claudiana Alencar & Dina Ferreira, em “Rajagopalan interpretando Austin: descolonialidades na nova pragmática do hemisfério sul”. Em uma postura vigilante das armadilhas coloniais que o pensamento eurocêntrico traz em seu bojo, Rajan sempre invocou

modos descoloniais de leitura desse pensamento. Dentre as disposições intelectuais de Rajan, as autoras apontam a denúncia da sacralização do texto, a crítica do menosprezo acadêmico às visões leigas de linguagem e a desconstrução da leitura modernista do pensamento austiniiano empreendida por John Searle. Alencar & Ferreira cotejam princípios básicos do pensamento descolonial, propostos por autores como Boaventura Sousa Santos e Walter Mignolo, com o trabalho incansável realizado por Rajan na Unicamp e além, de modo que sua admirável produção científica – batizada recentemente de Nova Pragmática (Rajagopalan, 2010) – é, além de uma empreitada conceitual, um exercício de militância política.

Em “Dizer e mostrar como performativos”, Helena Martins adota uma hipótese alternativa quanto ao lugar, na filosofia madura de Wittgenstein, da distinção que o filósofo havia estabelecido em sua fase anterior de pensamento entre *dizer* e *mostrar*. Wittgenstein afirmara, na fase lógica de sua filosofia, que há de se discernir entre algo que pode ser dito e algo que apenas se mostra. Esferas como a ética, estética e a religião escapariam à esfera do dizer e só permitiram que os sujeitos nelas mostrassem algo. Para muitos de seus leitores, essa distinção teria desaparecido na fase pragmática de seu pensamento, na medida em que manter a distinção seria o mesmo que entender a linguagem como compartimento, como coisa contígua a algo mais – justamente o oposto do que Wittgenstein defende em seu pensamento maduro. Contra essa posição, Helena Martins defende que a distinção permanece em Wittgenstein, ainda que modificada. A partir de um minucioso exame da proximidade entre as visadas de Austin e de Wittgenstein quanto à natureza pragmática da linguagem – e em especial do “jogo ambivalente de atração e repulsa entre os pensamentos” dos dois filósofos –, a autora aposta que a dimensão do mostrar permanece, na filosofia wittgensteiniana, no modo como o autor tratou o estranho nas práticas ordinárias de linguagem. Explorando a estranheza do ordinário, do cotidiano, daquilo que nos é mais familiar, tanto Wittgenstein quanto Austin fizeram descortinar o caráter radicalmente político da ação cotidiana na linguagem. E isso porque suas escritas, como arremata Martins, “nos lembram sempre que somos todos estrangeiros para nós mesmos – que não temos que fazer sempre as mesmas coisas com as palavras, que podemos atentar com insuspeito interesse a quem está

falando diferente, andando diferente, cantando diferente, escrevendo diferente.”

Joana Plaza Pinto, em artigo intitulado “Sobre manhãs, humor e atos de fala”, revisita o papel intermediador de Rajan no cenário dos estudos da linguagem brasileiros. Ao narrar sua entrada no terreno da filosofia da linguagem sob a tutela descontraída e bem humorada de Rajan, a autora testa em sua própria escrita uma tese durável do pensamento do pragmaticista da Unicamp: a de que a filosofia se dedicou a diferenciar o tratado da (mera) narrativa, circunscrevendo a escrita filosófica ao território do primeiro gênero – a premissa mais básica sendo a de que a ausência do fator tempo no tratado marcaria sua distinção hierárquica em relação à narrativa. Joana Plaza Pinto, em estilo narrativo, explora justamente a temporalidade de sua formação em filosofia da linguagem nas classes de Rajan. A autora iconicamente projeta sua experiência de formação às aulas que Austin ministrou em Oxford e que, a despeito do desejo de seus intérpretes de fazer delas um tratado, são por eles extensivamente *narradas*. A correlação entre um tempo e outro – o de Campinas e o de Oxford – é excedida de um futuro e de um passado que a remetem a Jena, terra de Frege, autor que influencia com toda ambivalência possível o pensamento de Austin, e a um espaço-tempo que não podemos ainda narrar, alguma cidade imaginária onde as heranças de Frege, Austin e Rajagopalan, para se manterem vivas, precisam necessariamente permanecer inapropriáveis.

Encenar de outro modo a performance de Austin em sua invenção do enunciado performativo é a tarefa de Viviane Veras em “A performance austiniana, atos de fala evanescentes e filósofos que riem”. A autora indaga na obra de Austin e na intervenção crítica de Rajagopalan a dimensão do “(não) saber” na escrita dos dois filósofos – uma dimensão, segundo a autora, fértil para *saber interrogar*. De seu contato com as reflexões de Sigmund Freud sobre o humor e sobre o não-saber que embasou a descoberta do inconsciente pelo psicanalista, Veras parte do seguinte princípio: o humor não paralisa. “Diferente da piada, que se esvai com o riso fácil e muitas vezes à custa do outro, o humor revela um posicionamento ético e político.” E é justamente o impulso, *das Trieb*, provocado pela força do humor que Viviane Veras reconstrói na reviravolta austiniana. Nos termos da autora, Austin descontraidamente apresenta ao cânone filosófico um tipo de saber que não se

pode “constatar ou demonstrar, de forma que se transmita algo como uma substância”. O saber que se descortina na descoberta de Austin é um tipo de performance que não representa nada, não comunica; ao contrário, realiza, anima, faz.

O diálogo interrompido entre pragmática continental e psicanálise na discussão do estatuto de usuário da língua é o foco do artigo seguinte, “Sobre adesões e críticas ao modelo de usuário racional em pragmática: o recurso à psicanálise”, de Daniel N. Silva e Paulo Sérgio de Souza Jr. Os autores partem da definição pioneira de Charles Morris (1938[1955]), para quem o próprio da pragmática é o estudo da relação dos signos com os usuários, e procuram delinear o modo como o usuário tem sido pensado nas vertentes anglo-americana e continental ou discursiva da pragmática. Se nas décadas de 1980 e 1990 pragmaticistas continentais recorrentemente dialogaram com a psicanálise em sua crítica ao racionalismo subjacente à pragmática anglo-americana, esse tipo de diálogo foi se tornando mais e mais rarefeito nas décadas seguintes. As possíveis motivações desse silêncio – e a potência teórica da retomada do diálogo – são as duas pontas do fio condutor perseguido pelos autores no trabalho.

Lenita Esteves, no artigo seguinte, intitulado “Atos de tradução, ou Quando traduzir é fazer”, faz uma aproximação entre o modo não-linear como Austin constrói sua teoria e uma maneira possível de se pensar a tradução. A partir de um detalhado exame do empreendimento austiano em seu *How to do things with words*, a autora afirma que a teoria proposta por Austin é um bom modelo para os estudos de tradução por dois motivos: “1) pela convicção de que, quando alguém realiza uma tradução, está ao mesmo tempo realizando um ato, ou seja, pela convicção do caráter performativo das traduções; e 2) pelo modo como Austin faz sua teorização, tentativamente, construindo hipóteses e depois minando as próprias bases, entregando-se à inconstância e à irregularidade da linguagem, em vez de varrer essas características para debaixo do tapete.” Enxergando os atos de tradução como entidades êmicas – i.e., como atos inelutavelmente atrelados à cultura em que são enunciados –, Esteves implica ainda seu pensamento sobre a tradução no interior da empreitada não-universalista de Austin. Atos contingenciais, performativos e traduções, como propõe Esteves, não se definem no “vácuo”, mas sim no interior das práticas sociais em que estão envolvidos.

A correlação entre performatividade e constituição de identidades é o foco de Terezinha Maher no artigo “Do étnico ao pan-étnico: negociando e performatizando identidades indígenas”. Inscrita no empreendimento transdisciplinar da linguística aplicada, a autora dialoga com problematizações em antropologia sobre raça e cultura e com a teoria dos atos de fala de Austin e, a partir de uma perspectiva empírica delimitada em seu trabalho de campo com indígenas do contexto acreano, delimita um problema de significação que tem implicações cruciais para a reivindicação da identidade. Trata-se da invocação estratégica, linguisticamente marcada, de uma identidade de grupo. Atenta à história colonial de apagamento e mesmo obliteração da singularidade étnica de grupos indígenas, a autora narra modos em que indígenas, em situações de interação intercultural, ora marcam uma identidade singular para sua etnia, ora invocam um “nós” genérico, pan-étnico. Dos dados da autora emergem complexas cenas de reivindicação de identidades, as quais indicam que responder à questão crucial “qual é meu lugar neste mundo?” é um ato (de fala) proteiforme, estratégico, contingencial, relacional e, em última instância, ético.

Jair Antonio de Oliveira, no artigo seguinte, “É sério!? O humor no jornalismo”, explora a questão do humor no texto jornalístico. Jornalista de formação, o autor explora os regimes de verdade das redações de jornal e os circuitos nos quais as notícias são produzidas e difundidas. Ao recuperar a matriz platônica da exclusão do humor da esfera de certos discursos (que passaram a ser vistos como “sérios”), o autor desvenda a base logicista da distinção entre sério e não-sério nas práticas sociais do jornalismo e de outras instituições contemporâneas. Mas, a despeito da força que essa orientação logocêntrica exerce nas redações de jornais, Oliveira aponta que há também de se levar em conta que “as decisões racionais adotadas no âmbito do jornalismo nem sempre constituem o princípio regulador dos usos linguísticos nas notícias.” A resistência e a agência – dois temas recorrentes na produção de Rajan – emergem no artigo de Oliveira atreladas à singularidade da escrita jornalística: “os aspectos da experiência individual (crenças) podem ser usados para transgredir as restrições normativas institucionais ou para singularizar os atos de fala, não apenas estilisticamente, mas no sentido de “autorar” o discurso, isto é: produzir, editar, circular a narrativa com uma intencionalidade específica.”

“Educação pública e escola: uma leitura austiniana”, de autoria de Sandra Helena Dias de Melo, é um artigo que, emergindo da experiência da autora em uma escola de Ensino Médio no Recife e em cursos de formação de professores, se propõe a analisar atos de fala oficiais sobre educação pública. Mais especificamente, Melo lê criticamente a Base Curricular Comum para as Redes Públicas do Estado de Pernambuco (BCC – PE Língua Portuguesa, 2008). Indagando-se sobre o lugar da promessa da formação humana na escola pública implicada no discurso sobre competências, a autora aponta contradições e impedimentos no texto oficial. Dentre outras formas de pacificar a condição humana, salta aos olhos no documento o apagamento da dimensão do conflito e do sofrimento, experiências vistas pela autora como constitutivas da aprendizagem humana.

A questão do posicionamento crítico de intelectuais no campo da linguística é abordada por Kassandra Muniz no artigo seguinte, intitulado “Ainda sobre a possibilidade de uma linguística “crítica”: performatividade, política e identificação racial no Brasil”. Inicialmente revisitando a construção do estatuto de cientificidade da linguística e o conjunto de exclusões que daí resultam, a autora ancora-se em perspectivas descoloniais e pragmáticas para pensar questões que foram deixadas de fora do pensamento linguístico, como a racialização dos falantes, tida como não-problemática em algumas abordagens da linguística. Inspirada pelas reflexões de Rajan, Muniz delinea caminhos possíveis para os estudos da linguagem no enfrentamento dessa e de outras questões.

No artigo seguinte, “‘Meninos’ e ‘professoras’? Pragmática social numa instituição de cuidado de deficientes”, Ubiratan Vieira Garcia aborda o problema linguístico-pragmático da designação. Em seu estudo etnográfico realizado numa instituição de cuidado de pessoas deficientes numa cidade interiorana do Brasil, o autor identifica que, embora a instituição não seja uma escola, os papéis sociais de seus usuários são frequentemente designados como “meninos” e “professoras”. Para Vieira, o problema da referência nessa comunidade emerge não como um problema de correspondência entre linguagem e mundo, mas sim uma questão ético-política. De modo bem-humorado, o autor afirma que uma postura referencialista diante do problema de designação na comunidade faria sentido “se tomássemos as nomeações como

se fossem etiquetas de preço, a análise do uso da linguagem como um leitor ótico e o nosso papel como o de operadores de caixa que estranham a não-correspondência entre etiqueta e produto.” Em diálogo com a produção de Rajan sobre a linguagem politicamente correta e o caráter agentivo da designação, Vieira aborda então a dinâmica da designação em seu estudo etnográfico a partir do papel interventor mesmo que esses termos operam no contexto em questão. Mais do que mera representação, a (luta pela) designação participa da produção mesma dos contextos.

O último artigo deste volume, de Tatiana Piccardi, intitulado “O que o doente faz quando fala? A narrativa do doente sob uma perspectiva pragmático-discursiva”, aborda a questão da narrativa como fenômeno estruturante e performativo no contexto da saúde. A partir de sua experiência pessoal com ouvinte e autora de histórias sobre doenças, Piccardi levanta a hipótese de que “a doença, no processo de narrar, pode deixar de ser o referente observável nos textos, o ‘ele’ ao qual ‘eu’ e ‘tu’ apontam, e passa a ser elemento constitutivo do sujeito que enuncia, referente vivido no corpo, numa estranha simbiose que pode dar margem à construção de um sentido positivo para a dolorosa experiência.” Afastando-se das dicotomias que posicionam como extremamente opostas narrativas de médicos e de doentes e que atribuem às primeiras o dom da razão e às segundas a carga da emoção, Piccardi revisita trabalhos empíricos de interações entre médicos e doentes e demonstra a co-construção de saberes e a performatividade dos atos de fala contingenciais de ambos os sujeitos. A autora encerra apontando para a necessidade de “se deslocar o eixo da consulta médica do abstrato universo da generalização científica e conceitos correspondentes para o mundo humano e palpável da contingência, seja ela vivida no corpo em função da doença, seja ela a contingência social e situada que leva os falantes ao enunciarem o que enunciam durante a interlocução”. Trata-se, afinal, de trazer o universo narrativo para o cotidiano, para a atividade ordinária para a qual sempre se mantiveram atentos nossos dois filósofos homenageados, Austin e Rajagopalan.

Era a nossa intenção ao organizar este volume que a homenagem a Rajagopalan fosse realizada como ele sempre gostou de fazer: trabalhando! Esperamos que o debate a um só tempo rigoroso e descontraído da coletânea que aqui apresentamos faça jus ao trabalho admirável

por ele desenvolvido na Unicamp e de lá multiplicado para o Brasil e para o mundo.

Recebido em novembro de 2013

Aprovado em janeiro de 2015

E-mails: dnsfortal@gmail.com

viveras@iel.unicamp.br

Referências bibliográficas

- AGHA, Asif. 2007. The object called “language” and the subject of Linguistics. *Journal of English Linguistics* 35(3):217-235.
- ARENDE, Hannah. 2005. *The promise of politics* (Org. Jerome Kohn). New York: Schocken Books.
- AUSTIN, John. 1962. *How to do things with words*. Cambridge: Harvard University Press.
- AYER, Alfred. 1956. *The problem of knowledge*. London: Macmillan.
- BLOOMAERT, Jan. 2013. From fieldnotes to grammar: Artefactual language ideologies and the micro-methodology of linguistics. *Tilburg Papers in Culture Studies* 84:1-59.
- BUTLER, Judith. 1990. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York and London: Routledge.
- _____. 1993. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. London and New York: Routledge.
- _____. 1997. *Excitable speech: a politics of the performative*. London and New York: Routledge.
- DERRIDA, Jacques. 1977. Signature event context. Trad. Samuel Weber & Jeffrey Mehlam. *Glyph*, 1:172-197.
- _____. 1987. *The truth in painting*. Trad. Geoff Bennington & Ian McLeod. Chicago: The University of Chicago Press.
- FELMAN, Shoshana. 2002 [1980]. *The Scandal of the Speaking Body: Don Juan with J. L. Austin, or Seduction in Two Languages*. Trad. Catherine Porter. Stanford: Stanford University Press.
- FREGE, Gottlob. 1928. Sobre o sentido e a referência. Trad. Paulo Alcoforado. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix.
- HAACK, Susan. 1978. *Philosophy of logics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KATZ, Jerrold. 1977. *Propositional structure and illocutionary force*. Sussex: Hassocks Harvester Press.

- LACAN, Jacques. 1976. Conférences et entretiens dans des universités nord-américaines. *Scilicet* 6/7:42-45.
- LEVINSON, Stephen. 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MORRIS, Charles. 1955. *Signs, language and behavior*. Nova York: George Braziller.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. 1990. Dos dizeres diversos em torno do fazer. *D.E.L.T.A.* 6(2):223-254.
- _____. 1992. A insustentável seriedade da leveza uma análise desconstrutivista do humor de J. L. Austin. *D.E.L.T.A.* 8(2):291-301.
- _____. 1994. On listening to Nietzschean echoes in J. L. Austin's philosophical discourse. *Letras & Letras* 10(1):89-106.
- _____. 2000. On Searle (on Austin) on language. *Language and Communication* 20:347-391.
- _____. 2010. *A nova pragmática: faces e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola.
- RUSSELL, Bertrand. 1918. The philosophy of logical atomism. In: Marsh, Robert C. (eds.). *Logic and knowledge – Essays 1901-1950*. New York: Capricorn Books.
- SBISÀ, Marina. 2007. How to read Austin. *Pragmatics* 17(3):461-473.
- SEARLE, John. 1969. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. London & New York: Cambridge University Press.
- _____. 1977. Reiterating the differences: a reply to Derrida. In: *Glyph* 1:198-208.
- TARSKI, Alfred. 1944. The semantic conception of truth. *Philosophy and Phenomenological Research* 4(3):341-376.
- URMSON, James. 1969. Austin's Philosophy. In: K. Fann. Ed. *Symposium on J. L. Austin*. London: Routledge, 22-32.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. 1922. *Tractatus logico-Philosophicus*. Trad. Luis Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp.